

A MULHER É EVA, O HOMEM É ADÃO? Reflexões sobre o significado de ser homem e de ser mulher na sociedade

Clara Maria Holanda Silveira (*)

Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade/ Univ. Est. Ceará

Maria do Socorro Ferreira Osterne (*)

Doutora em Serviço Social pela Univ. Fed. De Pernambuco. Profa. Adjunta do curso de Serviço Social da Univ. Est. Do Ceará e do Programa de Pós-Grad. Em Pol Públicas /Univ. Est. do Ceará

Resumo

O artigo analisa o significado de ser homem e de ser mulher na sociedade. Através dos depoimentos de casais atendidos pelo Centro de Referência da Mulher do município de Limoeiro do Norte, concluiu-se que os estereótipos de gênero ainda refletem fortemente nos papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade e em seus valores.

Palavras-chave: Gênero. Patriarcado. Masculinidade. Feminilidade.

Abstract

This article to analyse the meaning of being a man and being a woman in society. For this analysis the applied methodology involves the application of half structured interview with couples, treated by the Reference Center to Women from the city of Limoeiro do Norte. The analysis of the facts reveals that the gender stereotypes based on patriarchal and sexist ideology still strongly reflect the roles held by men and women in society and its values.

Keywords: Gender. Patriarchy. Masculinity. Femininity.

O presente artigo é parte de um trabalho monográfico sobre as relações de gênero entre casais que vivenciam a violência conjugal, que encontra-se em fase de elaboração e, por meio deste texto objetivamos expor alguns resultados preliminares. Através de entrevistas semiestruturadas, analisamos como os estereótipos de gênero vigentes na sociedade se expressam na fala de três casais que vivenciam ou vivenciaram a violência conjugal, bem como pretendemos refletir sobre o significado do ser homem e do ser mulher para os sujeitos da pesquisa. Os casais foram atendidos pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) do município de Limoeiro do Norte, lócus de nossa pesquisa empírica.

Os três homens trabalham e são provedores financeiros da família, com exceção do casal que se encontra separado. Em relação às mulheres, duas são donas de casa, trabalhando fora apenas aquela cuja união conjugal já foi desfeita. A faixa etária varia entre 24 e 44 anos, e a dos homens entre 23 e 45 anos. Os casais possuem filhos em comum.

Para análise e contextualização dos depoimentos colhidos, faremos uma breve incursão sobre o conceito de gênero, seus desdobramentos, e sobre a construção das concepções sociais vigentes relacionadas à masculinidade e à feminilidade, que embasam e reforçam os papéis destinados a homens e mulheres na sociedade.

Objetivamos compreender como os estereótipos de gênero fomentam a desigualdade entre os sexos, originando conflitos, violência e relações de submissão-dominância. Homens e mulheres são tidos como desiguais e hierarquizados, de tal forma que o sexo masculino impõe sua autoridade em todas as instâncias do social. Assim, torna-se fundamental o estudo das relações de gênero e de seus processos de constituição, legitimação, reprodução e reconstrução sobre novas bases.

1. A categoria gênero e seus desdobramentos

O termo gênero surgiu no bojo das reivindicações do movimento feminista como uma tentativa de explicar o caráter social dos papéis sexuais destinados a homens e mulheres. Tal conceito difundiu-se no Brasil a partir da década de 1990, com o famoso texto da historiadora Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Desde então, vem ganhando espaço nas discussões empreendidas pelas ciências humanas e sociais e na elaboração de políticas públicas que visam à equidade entre homens e mulheres.

Para Scott (1995), o gênero exerce uma grande influência na estruturação da vida social e dos sistemas simbólicos. As formas de representação do gênero na sociedade, os símbolos, conceitos e metáforas contribuem para a formação da personalidade do indivíduo que, desde criança, assimila a visão naturalizada do poder masculino em detrimento do poder feminino. Segundo a autora:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo da definição repousa /numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86)

De acordo com a primeira parte desta definição, gênero, sugere quatro elementos que não podem operar uns sem os outros: os símbolos culturais, que dizem respeito à visão simbólica do que é ser homem e do que é ser mulher (forte/frágil, luz/escuridão) e sugerem

representações simbólicas muitas vezes contraditórias (como é o caso de Maria e Eva como símbolos de mulher); as normas, que definem quais os papéis designados ao homem e à mulher na sociedade (oposição binária entre o masculino e o feminino, advinda de conceitos embutidos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, etc.); as instituições, que garantem o cumprimento das normas por meio da coerção social, o que reproduz e aprofunda as desigualdades de gênero e por fim, a identidade subjetiva, pois homens e mulheres são socializados para incorporar as identidades de gênero fixadas social e culturalmente.

Indo mais além, Scott (1995) destaca o papel do gênero como forma elementar de significação das relações de poder, frequentemente utilizada no Ocidente e nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. O gênero, como código de referência para a estruturação da vida social, estabelece distribuições assimétricas de poder e possibilita o controle e o acesso às fontes materiais e simbólicas e toma parte na concepção e construção do próprio poder.

No tocante às relações assimétricas entre os sexos, Saffioti (2004) assinala que o termo gênero não pressupõe necessariamente uma hierarquia entre homens e mulheres. Afirma que algumas feministas presumem tal hierarquia independente do período histórico analisado. Por essa razão, há dificuldade em se utilizar corretamente os conceitos de gênero e de patriarcado. Ao defender o uso simultâneo desses dois conceitos, a autora argumenta que o termo gênero é mais amplo que a noção de patriarcado, pois o primeiro deixa aberta a possibilidade do vetor dominação-exploração em suas relações e o segundo marca a dominação do homem sobre a mulher. Ressalta que nas relações entre homens e mulheres, as desigualdades de gênero não são dadas, mas podem ser construídas. Cabe aqui, expor a definição do que se entende por patriarcado, neste estudo:

[...] um sistema masculino de opressão das mulheres, caracterizado por uma economia domesticamente organizada que o sustenta, na qual as mulheres são objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, reprodutoras de trabalho e de novas reprodutoras. Patriarcado, então, representa o somatório de dominação e exploração, que Saffioti (Id. p.6) entende como opressão e que, não obstante os avanços femininos, não teve sua base material destruída. (OSTERNE, 2008, p. 134)

Para Saffioti (2004), o patriarcado não se extinguiu e está em constante transformação. É um tipo hierárquico de relação que penetra todos os espaços sociais e concede aos homens direitos sexuais sobre as mulheres. Possui uma base material e representa uma estrutura de poder embasada na ideologia e na violência. Tal estrutura, juntamente com as relações patriarcais e suas hierarquias, perpassa toda a sociedade civil. Do mesmo modo, o

direito patriarcal impregna a máquina estatal. Portanto, a diferença entre os sexos é transformada em diferença política, o que origina desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Saffioti (2004) defende o uso do conceito de gênero como mais genérico e abrangente e o uso do conceito de patriarcado como mais característico de um determinado período histórico, sem que seja necessário substituir um pelo outro. Argumenta que o termo gênero é a-histórico, excessivamente geral, apolítico e pretensamente neutro. Carrega uma considerável dose da ideologia patriarcal, elaborada para alimentar a estrutura de poder que situa os homens hierarquicamente acima das mulheres em todas as áreas da convivência humana.

Por sua vez, a noção de patriarcado ou ordem patriarcal de gênero aplica-se a uma fase histórica determinada e não pretende ser geral ou imparcial. É um conceito de ordem política que deixa explícito o vetor da dominação-exploração e por essa razão serve aos objetivos feministas de transformação da sociedade e eliminação das desigualdades que permeiam as relações entre os sexos. Desnuda não só a ideologia patriarcal, como também as condições objetivas que sustentam a dominação masculina.

Consideramos pertinente a sugestão de Saffioti (2004) sobre o uso simultâneo dos conceitos de gênero e patriarcado. Compreendemos que a noção de gênero permite o distanciamento de explicações essencialistas e baseadas em um viés biologizante para as diferenças entre os sexos. Propicia, ainda, a análise das relações de gênero muito além da clássica relação homem-mulher, ao abranger relacionamentos entre homens e entre mulheres. Isso possibilita a superação da dicotomia masculino/feminino e o entendimento de homens e mulheres como indivíduos singulares que se diferenciam, no interior do próprio gênero, de acordo com classe social, orientação sexual, raça, etnia, faixa etária, nacionalidade, cultura, religião.

Por sua vez, o conceito de patriarcado expõe todo um sistema simbólico e ideológico que perpassa o meio social e penetra sutilmente nas consciências individuais, transmitindo a ideia da inferioridade nata da mulher. Consideramos seu uso importante não como um modelo universal de análise que possa ser utilizado em qualquer circunstância histórica, cultural e social, mas sim como uma estrutura que ainda hoje influencia as relações de gênero em nossa sociedade.

Assim, ao mesmo tempo em que a noção de gênero nos permite uma análise crítica das desigualdades entre os sexos, o termo patriarcado nos fornece a chave para compreender como essas disparidades se reproduzem e se legitimam através dos séculos. Tais desigualdades são forjadas a partir de diferenças físicas, anatômicas e biológicas entre masculino e feminino, que definem funções diferenciadas para ambos os sexos. Ao homem, destina-se o mundo público, a política, a economia, as grandes decisões que influenciam no rumo tomado por toda a humanidade. À mulher, cabe o mundo doméstico, de produção e reprodução da prole e de organização do lar, funções essas que se definem como um prolongamento de seus atributos biológicos, como a gestação e amamentação.

O uso crítico dos conceitos de gênero e patriarcado contribui com o deslocamento dos padrões de gênero ao demonstrar que a divisão entre os sexos é arbitrária e que as diferenças físicas entre os seres humanos não podem servir como meio de hierarquizá-los. Nesse sentido, Osterne (2006) adverte sobre a importância de distinguir a diferença da desigualdade, pois associar o direito à igualdade com o direito à diferença poderá colaborar com a desconstrução das assimetrias entre homens e mulheres.

A diferença, evidentemente, existe. Ambos os sexos são distintos biológica e anatomicamente. Mas isso não implica que o diferente seja tratado de maneira desigual. De acordo com Araújo (2005), o conceito de gênero pode ser utilizado como categoria política para analisar a questão da igualdade e da diferença, indicando uma nova perspectiva de interpretação e transformação da realidade social.

Queiroz (2002) adverte sobre a propagação do apelo à diferença, utilizado de modo irrestrito nos discursos atuais e em sentido diferente do que é admitido e reproduzido no âmbito dos estudos feministas e de gênero. Nestes, há clara referência não só às diferenças entre homens e mulheres, como também à heterogeneidade entre as próprias mulheres. Inicialmente relacionada às distinções biológicas entre os sexos, a diferença foi utilizada para explicar e justificar as desigualdades de gênero. O discurso conservador se utiliza do apelo à diferença para resgatar a hipótese do determinismo biológico, que defende a existência de uma essência feminina inerente a toda mulher. O retorno à biologia objetiva reforçar a ideia de que não se pode escapar às funções femininas designadas pela natureza, já que a mulher nasce capaz de gestar, parir e amamentar sua prole.

A ideologia proveniente da ordem patriarcal de gênero, ao naturalizar funções sociais com base em diferenças sexuais, impede o entendimento dessas diferenças como

pertencentes ao reino da natureza, enquanto que a igualdade se origina no domínio do político e se constrói socialmente. A não aceitação das diferenças pode servir de justificativa para a discriminação e opressão. Um exemplo disso são os homossexuais que, ao optarem por uma orientação sexual que diverge da heteronormatividade, são discriminados e tratados de forma diferente das pessoas heterossexuais.

Em nossa análise, a grande questão presente no debate entre igualdade e diferença se refere à elaboração da ideia de indivíduo tendo por modelo o homem branco, rico e heterossexual. Esse padrão fundamentou todas as reivindicações por direitos individuais e sociais, bem como a construção da cidadania. Daí a exclusão daqueles que não se encaixam em tal arquétipo, como as mulheres, os homossexuais, os pobres, os negros, etc. Apesar das conquistas das chamadas “minorias” nos dias atuais, ainda há influência desse estereótipo no alicerce da noção de igualdade.

No que diz respeito às relações de gênero, acreditamos que o modelo de indivíduo tradicional impede o entendimento da mulher como sujeito de direitos e a consideração de que a mesma pode e deve desfrutar das mesmas posições sociais, econômicas e políticas que cabem aos homens. Em nossa análise, optar pela defesa das diferenças entre os sexos como forma de alcançar a igualdade pode contribuir para radicalizar a separação e a oposição entre homens e mulheres, com base em atributos físicos e biológicos. Em contrapartida, consideramos mais apropriado ponderar sobre a heterogeneidade existente entre os próprios homens e as próprias mulheres, como forma de garantir que as identidades possam ser respeitadas em um contexto igualitário. Defender a existência de uma forma generalizada de ser homem ou de ser mulher esvazia o conceito de dominação masculina, que passa a designar como universal, homogênea e invariável, a subordinação de todas as mulheres a todos os homens.

Na ótica de Araújo (2005), ao menos nas sociedades ocidentais, cada vez mais homens e mulheres se distanciam dos estereótipos de gênero e desenvolvem novas formas de subjetividade. Destaca que a ideia de um único modelo masculino e feminino não encontra mais justificativa no contexto da pluralidade e da singularidade, atualmente vivenciado. Surgem maneiras heterogêneas de ser homem e ser mulher que convivem com os padrões hegemônicos de gênero ainda existentes de forma menos conflituosa. A autora acredita que, nesse panorama, é possível construir relações de gênero mais democráticas baseadas no direito à igualdade e no respeito à diferença.

Diante dos argumentos expostos, consideramos de fundamental importância analisar o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade, com ênfase nas diversas formas pelas quais homens e mulheres incorporam esses modelos sexuais padronizados e os adaptam de acordo com sua própria subjetividade. Podemos, assim, compreender como os estereótipos de gênero influenciam as relações entre os sexos e a problemática da violência contra a mulher.

2. SER HOMEM E SER MULHER NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Conforme Amaral (2005), a partir dos séculos XVIII e XIX, com a compreensão da distinção anatômica entre corpo feminino e corpo masculino, operou-se uma divisão pela qual as mulheres passaram a ser consideradas como parte da natureza e os homens como parte da cultura. Tal divisão se deu por meio das associações simbólicas entre o corpo feminino e o ato de procriar, conceber e amamentar. Ao mesmo tempo, o corpo masculino era associado ao mundo em transformação, à racionalidade, ao desenvolvimento.

Para Piscitelli (1998), é importante, em uma leitura de gênero, explorar as complexidades relativas às construções da masculinidade e da feminilidade, e perceber como essas construções são usadas simbolicamente para determinar o acesso ao poder e as diferenciações entre homens e mulheres nas múltiplas esferas sociais. Na mesma linha de raciocínio, Albuquerque Júnior (s/d) se coloca a favor da pesquisa sobre homens e mulheres, em razão do caráter relacional das condutas e representações sexuais. Critica o posicionamento de tomar os homens como inimigos e afirma que atitudes como essa apenas contribuem para a construção de um masculino ainda mais agressivo e defensivo.

Compreendemos a importância de se estudar o gênero em seu aspecto relacional, uma vez que justamente esse aspecto é considerado uma inovação da categoria em questão. É preciso compreender a masculinidade e a feminilidade como construções em constante interação e influência recíproca. Gênero vai abranger tudo o que diz respeito a homens e mulheres e às relações que se estabelecem entre ambos. Não podemos entender como se conforma a opressão feminina, sem analisar o papel do sexo masculino nesse processo. Do mesmo modo, é impossível apreender a dominação masculina, sem levar em consideração a condição social da mulher dentro da ordem patriarcal de gênero.

O conjunto de representações, valores, costumes, normas e símbolos que representa o masculino e o feminino no Brasil é fruto da formação da sociedade e da cultura do país, profundamente marcadas pelo sistema patriarcal, pelo machismo e pela escravidão. Nos diversos manuais e livros de história, encontramos a descrição da colonização brasileira que se desenvolveu através dos engenhos de cana de açúcar, da lavoura cafeeira e da criação de gado. É nesse processo de ocupação do território nacional que surgem as grandes propriedades rurais e a família patriarcal. O patriarca, autoridade inquestionável nesse tipo de organização familiar, influenciou a construção do estereótipo de homem brasileiro. Já a esposa e mãe de família, cuja vida era devotada ao lar, tornou-se o modelo de feminino legitimado socialmente no Brasil.

Heilborn (1992) afirma que o processo civilizatório aqui desenvolvido está na base cultural do chamado machismo latino, que exalta a ideia do prestígio e do poder do homem e o controle da moral e da sexualidade da mulher. De acordo com a autora, a cultura latina, denominada de mediterrânea no interior da tradição antropológica, faz referência a determinados traços de organização do parentesco e da moral compartilhados por algumas regiões da Europa e do norte africano, que foram fundamentais para a formação de uma identidade da América Latina.

O complexo simbólico honra-vergonha caracteriza os valores organizadores das sociedades latinas. Estruturalmente, o núcleo da identidade masculina, fundamentado na noção de honra, é ameaçado pela conduta moral do sexo feminino. Para Heilborn (1992), esse é o padrão fundamental das sociedades latino-americanas, onde os valores relacionados à vergonha e ao respeito são formas de avaliação dos indivíduos, principalmente nas esferas mais populares da sociedade.

Georges Boris (2002), com base em estudiosos do tema e em sua própria pesquisa empírica sobre a condição e a subjetividade masculina na atualidade, destaca que na América Latina o comportamento machista entre os jovens é incentivado pelos pais, por homens mais velhos e até mesmo pelas mães, que detém um forte poder sociocultural na formação da subjetividade de seus filhos. Em referência ao machismo, Boris (2002, p. 45) cita Capolim e Lima (1998, p. 58):

O machismo é uma formação reativa enquanto forma que encobre uma insegurança para parecer totalmente seguro. Vem daí os estereótipos do machismo. O domínio sobre a mulher, a misoginia, a postura de superioridade, que se traduz às vezes de uma forma cruel, são todas formas de expressão dessa formação reativa, assim como a homofobia de certos homens, que se referem com desdém e desrespeito aos homossexuais. São formas de compensar o aniquilamento do que é identificado

como feminino na personalidade masculina, como a sensibilidade, a manifestação de emoções do feminino. Quanto mais machista a cultura, maior a homofobia, como se pode observar nas regiões sertanejas nordestinas e gaúchas, por exemplo, mais representativas do machismo no Brasil.

Sabemos que o Brasil, assim como outros países de ascendência latina, carrega uma forte herança machista e patriarcal, que perpassa todos os setores da vida social e exerce influência direta nas relações de gênero entre os brasileiros. Em nosso país, predominou durante um longo tempo a organização familiar baseada no patriarcado e seus resquícios ainda são sentidos, principalmente na organização do espaço privado. Até mesmo o grande número de empregadas domésticas existentes no país pode ser considerado uma sequela do sistema patriarcal e escravocrata, no qual mulheres e escravos eram considerados como propriedades do patriarca. Apesar dos avanços sentidos na condição feminina, com destaque para o aumento do número de mulheres em cargos políticos e pela eleição da primeira mulher presidente no país, o Brasil ainda é palco de hierarquias, dominações, opressões e conflitos associados às desigualdades de gênero.

Em sua obra “Nordestino – uma invenção do falo”, Albuquerque Júnior (2003) discute sobre a formação da identidade do homem do Nordeste. Segundo o autor, referir-se ao homem nordestino não é reproduzir o discurso humanista no qual a palavra homem serve para designar toda a raça humana, mas sim enfatizar que o homem da região é pensado no masculino e não há lugar para a figura feminina nessa definição. Desse modo, até as mulheres nordestinas, segundo os discursos regionais, seriam masculinizadas. “Seja por motivos eugênicos, telúricos ou histórico-culturais, o nordestino é definido como cabra macho, e um cabra da peste, homem de honra, uma reserva de virilidade nacional” (p. 165). O homem no Nordeste é inventado como o macho por excelência, a encarnação do falo.

Em sua análise, Albuquerque Júnior (2003) destaca que o nordestino seria macho em decorrência da história regional que determinou a sobrevivência dos mais fortes, valentes e corajosos diante das adversidades. Destaca que é essa a razão de a mulher sertaneja ser também masculinizada, pois o contato com o meio natural hostil e embrutecedor exigia valentia, destemor e resistência. Logo, a masculinidade nordestina se forma por meio de uma luta peculiar contra a natureza.

Indo mais além, o autor relata que o discurso regionalista tem como cerne a valentia do homem nordestino, o que acaba por legitimar a violência, relacionada à defesa da

honra pessoal, em nome da qual se chega até a matar. São indivíduos que não levam desaforo para casa e dão grande valor à noção de honra, preferindo perder a vida a serem desonrados publicamente. O homem desonrado não tinha mais lugar na sociedade, era preciso resgatar a reputação afrontada. Por essa razão, o adultério feminino era duramente punido.

Sabemos que os valores tradicionais são ainda mais latentes no interior do Ceará. A despeito da globalização e da expansão midiática, que propicia a difusão das mesmas ideias por diversos pontos do planeta, persiste no interior grande influência de seu passado patriarcal. Vários são os fatores que cooperam com a manutenção das tradições: menor nível de urbanização e industrialização em relação à capital, predomínio de uma parte da população residindo na área rural, repasse de histórias e costumes através dos mais velhos, permanência da religião, principalmente a católica e a protestante, como formadora de opinião, entre outros. Tudo isso dificulta o rompimento das tradições herdadas por meio dos antepassados.

Para Albuquerque Júnior (2003), a forma peculiar de ser nordestino foi transmitida pela própria educação no interior das famílias, onde a autoridade absoluta derivava do pai e tudo gravitava em torno do seu poder, desejos e expectativas. Essas famílias definiam papéis rígidos para homens e mulheres desde a infância, e os códigos de gênero eram internalizados muito cedo. O autor enfatiza a importância de se compreender a figura do homem nordestino, para que se possa questionar e modificar as relações de gênero na região:

Penso que estudar sua emergência e suas formas de aparecer e ser é extremamente importante para se entender a história dos embates regionais no Brasil do século XX, e mais ainda, para desnaturalizar as figuras e os papéis de gênero, fazendo-os retornar à sua historicidade, à sua dispersão constitutiva, permitindo pensar outras formas possíveis de ser homem e ser mulher no Nordeste, para além do estereótipo do macho e sua companheira submissa. Desconstruir estas falas que inventaram o falo como significante nuclear de uma forma de ser regional, de uma identidade regional é questionar a própria legitimidade social que assistimos até nossos dias para a estrutura hierárquica e autoritária de gênero determinante na sociedade nordestina, acompanhada da própria legitimidade social para atos de violência contra o feminino e de desprezo, medo e ressentimento por tudo que ele representa. (2003, p. 201).

Em nossa análise, destacamos que simultaneamente ao processo de masculinização de meninos e rapazes, ocorre a socialização das meninas e moças com base em modelos tradicionais de gênero que definem o ser mulher. Tais modelos baseiam-se na delicadeza, nas emoções, na afetividade e no exercício das funções materna e conjugal. Desse modo, se constroem e se reproduzem padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade no meio social.

Notamos que a construção da masculinidade se baseia na negação e no repúdio à tudo que diz respeito ao feminino. Em contrapartida, a feminilidade representa tudo aquilo que se opõe ao masculino e que se coloca como seu reverso. No tocante a essa questão, Barbieri (1992) afirma que não há uma mulher e um homem generalizado, mas sim existem homens e mulheres em diferentes e situações sociais e culturais que precisam ser analisadas e que tomam parte na construção das relações de gênero. Para Bourdieu (2002), apesar das experiências específicas que as aproximam, as mulheres são separadas por diferenças econômicas e culturais que afetam sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina.

De acordo com Goldenberg (s/d), atualmente, homens e mulheres cada vez mais se assemelham em comportamentos, visões de mundo e desejos, apesar da persistência de algumas diferenças, principalmente no âmbito privado. A divisão sexual do trabalho doméstico, por exemplo, continua a pender para o lado da mulher. Na ótica de Amaral (2005) há uma grande resistência do homem em exercer funções destinadas tradicionalmente às mulheres, tais como o cuidado com os filhos, a limpeza da casa, a cozinha, mesmo quando suas companheiras trabalham fora. Para a autora, quanto menor o grau de escolaridade do casal maior a oposição masculina em executar tais tarefas. Já em casais com um grau de escolaridade mais elevado, a distribuição de tarefas domésticas tende a ser mais equilibrada, principalmente em relação ao cuidado com os filhos.

Podemos perceber que o menor acesso à educação colabora para a reprodução acrítica das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, para uma desproporcional divisão sexual do trabalho doméstico. Um alto nível de escolaridade propicia a que homens e mulheres entrem em contato com ideias que contestem a visão androcêntrica da sociedade e desenvolvam seu senso crítico. Tal fato permite que os indivíduos afastem-se das formas de pensamento tradicionais, transmitidas pelo senso comum, e assimilem concepções de igualdade entre os sexos. Ao mesmo tempo, a inserção da mulher no meio universitário oferece maiores possibilidades de realização profissional e independência financeira, fatores estes que a incentivam a querer e a poder questionar a supremacia do homem, seja na esfera pública ou na esfera privada.

Afirma Goldenberg (s/d) que os conflitos de relacionamento entre os sexos, na modernidade, se associam com a conquista da independência e da autonomia feminina. Quanto mais independente torna-se a mulher, mais exigente ela fica em relação ao parceiro. Ao mesmo tempo, há mulheres que preferem abdicar da carreira e se dedicar ao lar e aos

filhos por se sentirem mais felizes no desempenho dessas funções. Para Goldenberg, “parece estranho que na sociedade ocidental moderna valores tão antagônicos convivam aparentemente sem conflitos” (2001, p. 5).

Na mesma linha de raciocínio, Pierre Bourdieu (2002) aponta que as mulheres bem sucedidas profissionalmente, muitas vezes renunciam à ordem doméstica (não casam, se divorciam, têm dificuldades na educação dos filhos). Ao mesmo tempo, aquelas mulheres que se dedicam ao lar acabam por abdicar de sua carreira profissional, por não conseguirem conciliar a esfera privada com a esfera pública. Para Osterne (2006), as mulheres ainda vivenciam um grande dilema: de um lado possuem a vontade de se emanciparem e do outro permanecem presas aos esquemas hierárquicos de gênero, que as situam como seres inferiores.

Podemos observar como ainda é presente na vida das mulheres a contradição entre o público e o privado. A mulher, ao ocupar cargos significativos na política e no mercado de trabalho, tende a ser mais cobrada do que o homem e a precisar provar constantemente sua capacidade de exercer tal função. Isso faz com que muitas acabem por suprimir a vida pessoal e, em alguns casos, masculinizarem-se com a intenção de ser melhor aceita. Entretanto, a maioria delas opta por tentar conciliar trabalho e vida pessoal, e passam por percalços como a culpa pode ter menos tempo para os filhos, o receio de não conseguir dar conta das atividades domésticas e o dilema entre ascender profissionalmente e transferir as responsabilidades do lar para o companheiro ou para empregados.

Em uma sociedade como a nossa, onde as mulheres são desde crianças praticamente treinadas para serem mães e esposas, é extremamente complicado abrir mão do projeto da família perfeita em prol da carreira profissional. Para Bourdieu (2002), o processo de socialização que objetiva tornar as mulheres resignadas, submissas e passivas, também aprisiona os homens. Por não ser uma condição natural, o tornar-se pertencente ao gênero masculino, apropriar-se das elaborações culturais da masculinidade, pode ser extremamente penoso. Os homens são constantemente cobrados para se afirmarem como tais e se diferenciarem do sexo oposto. No próximo item, analisaremos como os estereótipos de gênero forjados socialmente se expressam na visão dos casais entrevistados.

3. A INFLUÊNCIA DOS ESTERÉOTIPOS DE GÊNERO NAS CONCEPÇÕES SOBRE SER HOMEM E SER MULHER

Com base nas entrevistas realizadas, percebemos claramente o quanto os estereótipos de gênero influenciam o comportamento dos indivíduos e suas formas de perceber e significar o mundo e a vida cotidiana. Nas falas de homens e mulheres é possível identificar a influência de padrões discursivos estereotipados onde há nitidamente um entendimento de quais sejam as funções destinadas a ambos os sexos. Ao mesmo tempo, a existência de modelos relativos ao ser homem e ao ser mulher serve de parâmetro para o julgamento de atitudes e comportamentos dos indivíduos. Percebemos, ainda, que o machismo e a ideologia patriarcal servem de base para o desenvolvimento e a incorporação dos arquétipos de gênero por homens e por mulheres. Em relação às falas masculinas, observamos a influência dos estereótipos de gênero e dos sistemas simbólicos que os corroboram através de falas como:

A palavra do homem já era pra valer alguma coisa pra mulher né? Disser que vai fazer alguma coisa, ela disser que não dá certo, falar normalmente. Teria que acatar, mas com ela nunca chega um acordo. Acatar minha opinião. Ela age como uma boa mulher, cuida da casa. Eu tinha vontade que ela não trabalhasse fora, mas não tenho condições. Se tivesse eu preferia, porque é melhor. Chegar em casa está tudo ajeitado. Não gosto de tá em casa não. Às vezes, quando to com vontade eu ajudo ela nas tarefas domésticas. O homem pode fazer, mas já tá dizendo né? Mulher, doméstica.

O homem deve ser responsável, ter caráter, que pela maneira que eu fui criado, ele tem por obrigação sustentar a casa. Ele não deve ser sustentado por mulher, isso pra ele exercer o papel de homem mesmo, chefe de família. A mulher é cuidar bem dos filhos, que eu acho que é o essencial, que deixa a mulher mais mulher ainda, quando ela tem filhos e cuida bem dos filhos. Que ela tenha sua liberdade, seu próprio dinheiro, que consiga trabalhar, que não dependa única e exclusivamente do marido, porque aí já fica chato pra ela. E ser feminina, ser agradável, de o marido chegar em casa e encontrar ela, não vou dizer sempre, mas na maioria das vezes, ao menos de bom humor, bem vestida, que não era o meu caso, eu chegava em casa minha mulher tava toda vida de mau humor, toda esfarrapada, roupas velhas, e ela tinha roupa pra usar eu prestasse, não usava porque não queria, e justamente essas coisas foram juntando, juntando e desgastando a relação. O homem ele tem a obrigação dele, a casa é sua obrigação, isso na minha opinião. Ele tem que dar segurança pra família, sua família sentir nele que ele é o cabeça da casa, é o chefe. De uma filha dizer assim, eu tenho um pai. Ele tem determinado respeito e impõe esse respeito.

ela me chama de corno, de viado, diz que eu não sou homem, essas coisas ferem a macheza da gente. A mulher tem que respeitar a gente né? A mulher é mais nervosa, mais zuadenta, qualquer coisinha faz zuada né? Eu preferia que ela não trabalhasse né? Que ficasse em casa com o menino, porque é o que ela tem que fazer né? E a obrigação do homem é essa, de segurar a casa, as despesas. Nesse ponto ela é uma boa mulher, uma boa dona de casa, cuida bem do marido, cuida bem dos filhos, da casa dela, é tudo limpinho.

Tais falas revelam a necessidade do homem afirmar sua masculinidade e de ter em casa uma mulher que se comporte como “a fêmea”, que cuide dele, da família, da casa, que se restrinja ao espaço doméstico como seu local de referência. Podemos perceber que os

discursos masculinos reproduzem o arquétipo do homem provedor e chefe de família e da mulher mãe e dona de casa. Esses modelos do que é ser homem e do que é ser mulher, vigentes na sociedade, são repassados aos indivíduos por meio do processo de socialização, das instituições e grupos sociais nos quais os seres humanos se inserem ao longo de sua vida.

Os discursos das mulheres demonstram o quanto a mulher toma para si o arquétipo da dona de casa, mãe e esposa, mesmo quando trabalham fora e ganham seu dinheiro. Muitas acabam, indiretamente, reproduzindo em suas falas os mesmos estereótipos de gênero que os homens defendem. E isso se dá não só em relação a si mesmas, como também em relação aos companheiros, quando enfatizam que os mesmos deviam ser os provedores materiais da família, uma vez que elas se responsabilizam pelo âmbito doméstico.

Eu não sei nem o que dizer, porque ser homem é uma coisa impossível de ser. Porque homem não é só botar o quilo de arroz dentro de casa, ser homem não é bancar uma casa, é muito mais do que isso. Apesar de eu ser muito ciumenta, muito briguenta, eu acho que eu sou uma boa mulher. Porque eu trabalho, eu ajudo ele a pagar as contas, ele chega em casa a roupa tá lavada, a comida tá feita, a louça tá lavada, o filho dele tá limpo, tá alimentado. Já pedi pra ele fazer umas atividades domésticas, porque dia de sábado ele não trabalha e eu trabalho, mas às vezes eu chego, tá tudo bagunçado, a pia cheia de louça.

A responsabilidade de casa geralmente era minha, de pagar as contas, de ter responsabilidade com tudo, de resolver tudo era sempre minha. Ele tomava as decisões, mas na verdade o compromisso era sempre pra cima de mim. As despesas de casa, quando eu comecei a trabalhar eu puxei muito pra mim. Não que ele determinasse assim, mas eu via a necessidade do controle dos gastos. Por isso que eu falo que eu amadureci mais, os compromissos de conta de água, de energia, de aluguel, de vestuário e de alimentação eu puxava muito pra mim. Então eu puxei a responsabilidade da casa pra mim, eu puxei a responsabilidade de tá com as contas em dia, ele ajudava, mas educação das meninas, vestuário, lazer, toda vida foi responsabilidade minha, nunca pedi pra ele, nunca ele veio ajudar. Isso ainda é responsabilidade minha, sempre que as meninas precisam de alguma coisa elas pedem pra mim e não pro pai.

Assim, dele trabalhar fora, pagar as contas de casa, e eu não ter que trabalhar fora, se eu já tive menino não eh pra trabalhar fora, é pra ficar dentro de casa tomando conta da casa né? Não sair pra trabalhar fora também, eu já vivo muito cansada. O homem era pra fazer mais esforço pra botar dinheiro fora de casa. E ele manda mais né? Eu que não deixava ele mandar em mim, eu respondia. A mulher devia tá dentro de casa, tomar conta das coisas, do filho que tem né? Do homem trabalhar fora quando chegar a comida tá pronta, a roupa lavada, é isso.

Na maioria dos casos, homens e mulheres nem mesmo percebem que estão reproduzindo o machismo. A naturalização da dominação masculina, a partir dos esquemas de percepção, dos símbolos, da cultura e da oposição binária entre o masculino e o feminino, dificulta o questionamento das desigualdades entre os sexos. Os estereótipos de gênero são

introjetados na consciência dos indivíduos, moldando suas atitudes e pensamentos. No cotidiano, não há o costume de se fazer uma reflexão crítica que possa esclarecer de onde surgem as concepções que defendemos ao longo de nossa vida. Ainda que mudanças consideráveis nas formas de ser homem e ser mulher venham ocorrendo nas últimas décadas e propiciando alterações nas relações de gênero, com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, o uso de métodos contraceptivos, o combate à violência contra a mulher, novas formas de exercer a paternidade e a maternidade, observamos a persistência de concepções marcadas pelo conservadorismo, pelo tradicionalismo e pela ideologia patriarcal, no meio social e que ainda são repassadas de geração em geração.

Na ótica de Bourdieu (2002), os padrões culturais, influenciados pelo viés androcêntrico, modelam as atitudes, as formas de percepção e o pensamento dos indivíduos. São compartilhados universalmente por todos os membros da sociedade e assumem, dessa forma, um aspecto fixo e transcendental. Para o autor, as paixões do habitus dominado (seja no gênero, na etnia, na cultura ou na língua) não podem ser desconstruídas através de um simples desejo de mudança, baseado em uma consciência crítica e libertadora, uma vez que seus efeitos e disposições encontram-se arraigados duradouramente nos corpos, sob a forma de aptidões pessoais e de inclinações. Em relação às mulheres, destaca que estas tendem a analisar a realidade e as relações de poder com base em esquemas de pensamento que reproduzem e legitimam a dominação masculina.

Podemos ilustrar a ideia acima mencionada ao falar de situações em que a mulher considera a si própria como incapaz de executar determinada ação com base nos atributos sexuais que a diferenciam do homem. É o caso da mulher que se acha incapaz de carregar objetos pesados, de dirigir, de exercer autoridade sobre os filhos sem se apoiar na autoridade paterna. Claro que estes são casos cada vez mais raros de acontecer. Porém, demonstram, de maneira simplificada, o quanto a socialização na ordem patriarcal de gênero é capaz de influenciar a representação que a mulher mantém de si mesma.

Afirma, também, que a lógica da dominação masculina impõe às mulheres determinada moral e certas virtudes, ao mesmo tempo em que lhes destinam características consideradas negativas atribuídas à sua natureza, como a astúcia, a intuição, enfim, tudo aquilo que se relaciona à afetividade, ao sentimento e às emoções. Percebemos que tais atributos se opõem à racionalidade, tão valorizada no capitalismo, e inferiorizam a mulher, como se a mesma fosse incapaz de fazer uso da razão. Ressalta que, independente da posição que ocupa no espaço social, a mulher encontra-se em desvantagem em relação ao homem por

conta de um coeficiente simbólico negativo, semelhante ao que a cor da pele é para os negros, que a estigmatiza e afeta negativamente o que é ela e o que faz.

Desse modo, espera-se sempre que a mulher não corresponda às expectativas, não seja tão capaz quanto o homem e não consiga agir sem se deixar influenciar pelos sentimentos. A biologia é o destino, no caso da mulher! Ela não é vista como um ser humano do mesmo modo que o é o homem, mas sim como uma essência natural, que se deixa levar pelas emoções, paixões e ilusões. Sua condição feminina é tida como um atributo negativo e possivelmente uma ameaça à sua plena realização enquanto indivíduo.

Todavia, Bourdieu (2002) acredita que sempre há espaço para uma luta cognitiva sobre os sentidos das coisas e particularmente das realidades sexuais. Por meio desses embates, se originam interpretações antagônicas sobre a realidade que possibilitam aos indivíduos oferecerem resistência à imposição simbólica da dominação masculina. Destaca que graças ao trabalho crítico do movimento feminista a primazia do poder masculino já não é mais tida como algo absoluto e necessita de defesa e justificação.

Diante de todas essas questões, Bourdieu (2002) argumenta que a revolução do movimento feminista não pode se resumir a uma conversão das consciências e vontades das mulheres. Faz-se necessário transformar as condições sociais e simbólicas que legitimam a dominação masculina e que induzem os dominados a adotarem em suas análises, pontos de vista que reforçam e legitimam sua subordinação. O autor afirma que apenas uma ação política que leve em consideração todos os efeitos da dominação poderá, em longo prazo, contribuir para a eliminação progressiva das desigualdades de gênero. De acordo com o autor:

É preciso reconstruir a história do trabalho histórico de des-historicização, ou, se assim preferirem, a história da (re) criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente, desde que existem homens e mulheres, e através da qual a ordem masculina se vê continuamente reproduzida através dos tempos. (2002, p.100)

Considerações finais

Através das falas dos casais entrevistados sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade, percebemos ser ainda forte a presença de padrões de gênero tradicionais e estereotipados, que alimentam o abismo existente entre o masculino e o feminino. Os mecanismos de propagação da ideologia machista e patriarcal constroem, solidificam, e naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres. O processo de naturalização consiste

em considerar as desigualdades de gênero como decorrentes das diferenças anatômicas e biológicas entre os sexos. Por exemplo, entende-se que a mulher deve responsabilizar-se sozinha pelos filhos e pelo espaço doméstico, porque ela é quem engravida e, normalmente, amamenta a criança. Enquanto isso, como biologicamente o sexo masculino não é capaz de gestar um filho, cabe ao homem ocupar sua “função” na esfera pública e atuar como provedor material do lar.

Tais desigualdades se originam de concepções que inferiorizam as mulheres em todos os campos da vida social, em relação aos homens. Com base no essencialismo biológico, naturaliza-se a mulher como mãe e esposa, ligada organicamente ao espaço doméstico, bem como o homem torna-se detentor absoluto do espaço público, tendo o dever de impor sua autoridade na família e zelar pela segurança financeira e moral da mesma. Erige-se, desse modo, uma hierarquia entre os sexos na qual o feminino encontra-se sempre em desvantagem e possui menos acesso às fontes simbólicas e materiais de poder.

Contudo, os deslocamentos ocorridos nos padrões de gênero têm mostrado ser possível desconstruir essas desigualdades, não com o objetivo de construir uma nova hierarquia onde as mulheres estejam no topo, mas sim originar padrões igualitários de convivência entre os sexos. Concordamos com Bourdieu em sua ênfase na necessidade de uma mudança estrutural e ideológica para a eliminação da dominação masculina. Operada apenas ao nível da consciência, tal transformação não alcançará o fim desejado. É preciso investir no processo de desconstrução e reconstrução das instituições que objetivam as desigualdades de gênero. Enquanto o acesso de homens e mulheres ao poder for assimétrico, torna-se quase impossível reorganizar as relações de gênero de uma forma mais equitativa.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo*. Maceió: Catavento, 2003.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. *Debates de gênero: a transversalidade do conceito*. Fortaleza: UFC, 2005.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005, pág. 41-52. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a04.pdf>>. Acesso em: 27 de jan. 2013.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. *Falas de homens: a construção da subjetividade masculina*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. *Masculinidade em crise: novos modelos de “ser homem”*. s/d.
Disponível em: <<http://miriangoldenberg.com.br/images/stories/pdf/masculinidades.pdf>>
Acesso em: 05 jan. 2013.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e abusos da categoria de gênero. In: Holanda, Heloísa Buarque (Org.). *Y nosotras latinoamericanas?* Estudos sobre gênero e raça. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992, 39-41.

OSTERNE, M. do S. F. Políticas públicas para mulheres. *Ciclo de Debates: direitos da mulher*. Fortaleza, Assembléia Legislativa do Ceará, p. 10-29, 2006.

Piscitelli, Adriana. Gênero em perspectiva, *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p. 141-155.
Disponível em:
<<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu11.12.pdf>>
Acesso em: 10 abr. 2013.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. O poder em Foucault e sua contribuição para os estudos de gênero. In: COSTA, Anita Aline Albuquerque (Org.). *O poder em debate*. Recife: Unipress Gráfica e Editora do NE Ltda, 2002.

ROLNIK, Suely. Machos e fêmeas. In: LINS, Daniel. (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998, p. 69-71.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.